

Ficha Técnica

Tribuna livre impulsionada pelo POUS
o militante
socialista

Proprietário: Carmelinda Pereira
NIF: 149281919

Editor: POUS - Partido Operário
de Unidade Socialista
NIPC: 504211269

Sede: Rua de Sto António
da Glória, 52-B / cave C
1250-217 LISBOA

Isenta de registo na ERC, ao abrigo
do Dec. regulamentar 8/99 de 9/6
(artigo 12º, nº 1 a)

Director: Joaquim Pagarete

Comissão de redacção:

Aires Rodrigues
Carlos Melo
Carmelinda Pereira
Joaquim Pagarete

Impressão: Imaginação Imprensa
Rua Braancamp, 15A
1250-049 Lisboa

Edição: 100 Exemplares

A nossa história:

O jornal “**O Militante Socialista**” nasceu em 1975, sob a responsabilidade de militantes do Partido Socialista (PS), pertencentes às Coordenadoras dos núcleos de empresa, organizados na sua Comissão de Trabalho. Nasceu identificado com os ideais da Revolução do 25 de Abril, do socialismo e da democracia.

Esses mesmos ideais continuaram a ser assumidos pela corrente de socialistas afastados do PS, que fundaram o Partido Operário de Unidade Socialista (POUS), em conjunto com a Secção portuguesa da IVª Internacional.

Em continuidade com os ideais que presidiram à publicação dos primeiros “Militantes Socialistas”, o POUS impulsiona actualmente este jornal, como tribuna livre da luta de classes, aberta a todas as correntes e militantes que intervêm democraticamente para defender as conquistas do 25 de Abril.

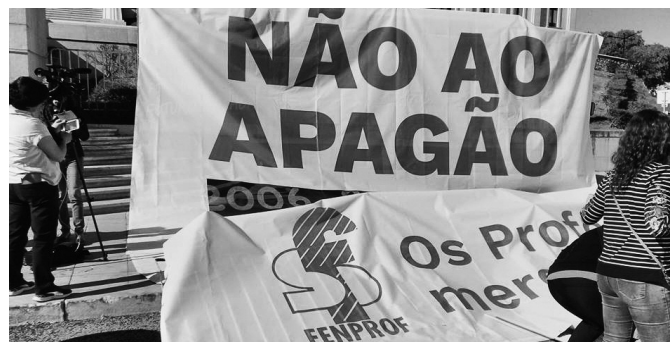
A defesa destas conquistas exige o desenvolvimento de uma acção política totalmente independente das instituições ligadas aos Estados, às religiões ou ao capital – e, por isso, a orientação de “O Militante Socialista” identifica-se com a do Acordo Internacional dos Trabalhadores e dos Povos.

A unidade foi possível. Ela é necessária para vermos repostos o que nos foi tirado!

A mobilização nacional dos professores e educadores, realizada em unidade com os seus sindicatos e com o apoio das duas Centrais sindicais – que fizeram questão de estar presentes na concentração diante da Assembleia da República, no dia em que deputados e Governo discutiam o Orçamento para a Educação – pode ser interpretada como um passo, qualitativamente superior, no desenvolvimento dos acontecimentos no nosso país. Os professores assumiram a luta em defesa da sua carreira profissional, plasmada no seu Estatuto da Carreira Docente, estatuto incompatível com os critérios orçamentais (definidos pelas instituições e Tratados da União Europeia e adoptados pelo Governo), os quais põem em causa a sustentabilidade das funções sociais do Estado.

O Governo aceitou reconhecer o tempo de serviço de forma integral, tal como os professores o exigiam, porque queria ver aprovado o seu Orçamento. Para isso, assinou uma “Acta de compromisso” com os dirigentes das organizações sindicais, mas relegando a concretização completa daquele direito para o final da próxima legislatura (Outubro de 2023). Outros sectores da Função Pública (nomeadamente forças de segurança e médicos) também exigem que os seus direitos sejam repostos, enquanto o Primeiro-ministro afirma que “o dinheiro não chega para tudo”.

Esta afirmação foi reforçada pelo Presidente da República (PR), no 1º Congresso dos gestores portugueses



(realizado a 28 de Novembro), apelando para que se evitem “aventuras em termos de compromissos plurianuais, projectados para além da legislatura”.

Ao mesmo tempo o PR disse a esses gestores que “o ruído, as perplexidades e as desmotivações” que lhe têm sido manifestadas “decorrem de decisões ou medidas inseparáveis do equilíbrio político-institucional vigente”, que “tem sido o preço de uma estabilidade...” conseguida com a actual solução governativa.

O PR está a lembrar as condições que estiveram na base da formação do Governo do PS, assente em acordos com o BE e o PCP.

De facto, a resistência e a mobilização dos trabalhadores e das populações não permitiam, nessa altura, a continuação do PSD e do CDS no Governo. O que todos perceberam, incluindo a Direcção do PS.

É por isso que o capital financeiro considerou (e continua a considerar) como solução a actual forma de Governo como a solução possível, apesar das “perplexidades e desmotivações” que isso lhe acarreta, desde que “o equilíbrio orçamental” seja assegurado, isto é, desde que as suas medidas defensoras dos seus interesses possam continuar a ser aplicadas.

A Direcção da CGTP afirmou que era possível e necessário um outro Orçamento do Estado para 2018, que se tratava de escolhas políticas, as tais escolhas que a mobilização dos professores e dos outros trabalhadores mostraram ser antagónicas com as do Orçamento agora aprovado.

Mas como conseguir que seja posta em prática uma outra política? Como impor a canalização da riqueza produzida para o investimento público, para as instituições responsáveis por assegurar as funções sociais do Estado,...? Há dirigentes sindicais que afirmam não haver condições para desenvolver esta luta. O que fazer para que elas existam? Como fazer para se conseguir ultrapassar as dificuldades e inverter as políticas de ataque às conquistas dos trabalhadores? Esta é a discussão que atravessa as fileiras do movimento operário em Portugal e nos outros países da Europa.

É um debate que esteve no centro da Conferência Mundial Aberta (CMA) contra a guerra e a exploração, que teve lugar em Argel, entre 8 e 10 de Dezembro, na qual participou uma delegação de cinco militantes portugueses. ■

Carmelinda Pereira